

Obrigação de utiliza o de programa certificado de fatura o por sujeitos passivos não estabelecidos, mas com registo de IVA em Portugal

Entra em vigor no dia 1 de julho de 2021, a obriga o de os sujeitos passivos não estabelecidos, mas com registo de IVA em Portugal, emitirem faturas processadas através de programas de fatura o certificados pela Autoridade Tributária portuguesa.

Esta obriga o, genericamente criada pelo Decreto-Lei não 28/2019, de 15 de fevereiro, tem vindo a ser sucessivamente adiada, tendo o último adiamento coincidido com a entrada em vigor do pacote do IVA para o e-commerce, cuja entrada em vigor ocorrerá a 1 de julho de 2021. Embora alguns Estados-membros tenham solicitado novo adiamento da entrada em vigor deste pacote, não   expectável que tal venha a acontecer.

Consequentemente, a partir de 1 de julho de 2021, os sujeitos passivos não estabelecidos com registo de IVA em território português, passam a estar obrigados a:

1. Emitir fatura e demais documentos fiscalmente relevantes através da utiliza o exclusiva de programas informáticos certificados pela Autoridade Tributária e Aduaneira, em conformidade com os requisitos legais;
2. Garantir a observância dos requisitos legais no processamento das faturas e documentos fiscalmente, nomeadamente:
 - (i) data e numera o sequencial;
 - (ii) identifica o do fornecedor e do adquirente;
 - (iii) quantidade e denomina o dos bens ou serviços prestados;
 - (iv) preço líquido de imposto, taxas aplicáveis e montante do imposto devido;
 - (v) motivo da não aplica o do imposto, se aplicável;
 - (vi) quatro caracteres da assinatura digital;
 - (vii) número do programa de fatura o certificado;
 - (viii) aplicável apenas a partir de 1 de Janeiro de 2022, mas com possibilidade de aplica o desde já, inclu o de um código de barras bidimensional (código QR) e de um código único de documento (ATCUD).

A lista de programas de fatura o certificados pela Autoridade Tributária pode ser consultada em <https://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/consultaProgCertificadosM24.action>.

Obligation of using a certified invoicing program by non-established taxable persons with a VAT registration in Portugal

From 1 July 2021 onwards, non-established taxable persons with a VAT registration in Portugal, are obliged to issue invoices through invoicing programs previously certified by the Portuguese Tax Authority.

This obligation, generically created by Decree-Law No. 28/2019, of 15 February, has been successively postponed, with the last postponement having coincided with the entry into force of the VAT package for e-commerce, which enters into force on 1 July 2021. Although some Member States have requested further postponement of the entry into force of this package, this is not expected to happen.

Consequently, as of July 1, 2021, taxable persons not established with a VAT registration in Portuguese territory are obliged to:

1. Issue invoices and other documents relevant for tax purposes through the exclusive use of computer programs previously certified by the Portuguese Tax Authority, in accordance with legal requirements;
2. Ensure compliance with legal requirements in the processing of invoices and other documents relevant for tax purposes, namely:
 - (i) date and sequential numbering;
 - (ii) identification of the supplier and the acquirer;
 - (iii) quantity and name of the goods or services provided;
 - (iv) price net of tax, applicable fees and amount of tax due;
 - (v) reason for not applying the tax, if applicable;
 - (vi) four characters of the digital signature;
 - (vii) number of the certified invoicing program;
 - (viii) only applicable from January 1, 2022, onwards but with the possibility of application from now on, inclusion a two-dimensional barcode (QR code) and a unique document code (ATCUD).

The list of invoicing computer programs already certified by the Portuguese Tax Authority may be seen at <https://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/consultaProgCertificadosM24.action>.